

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A URSS atribuiu MEDALHAS COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LENINE a homens e mulheres que, nos diversos países, deram uma contribuição de relevo para a difusão das ideias leninistas.

Foram galardoados com a medalha comemorativa os nossos camaradas ANTONIO DIAS LOURENÇO, membro do CC do PCP, actualmente preso na fortaleza de Peniche, condenado a 17 anos de prisão, que durante anos foi o responsável da redacção do órgão central do PCP, «Avante!», e MANUEL DA SILVA, destacado mili-

tante do PCP, que passou 5 anos nas prisões, fascistas, na clandestinidade há 25 anos, durante muitos anos responsável pelo aparelho técnico da imprensa clandestina do PCP.

A atribuição da medalha a estes dois heróicos camaradas, homenageando a sua contribuição pessoal, e ao mesmo tempo uma homenagem a todos os comunistas portugueses para a difusão das ideias de Lênine e a sua aplicação prática nas difíceis condições do fascismo, e testemunho da fraternidade de combate do PCUS e do PCP.

AINDA

a invasão da Guiné

Em documentos do Comité Central, artigos no «Avante!» e «O Militante», através da «Rádio Portugal Livre», o Partido Comunista Português tem alertado através dos anos as massas populares e os democratas contra a perigosa política de intrigas, conspiração, intervenção e actos de agressão contra a Zâmbia, Tanzânia, República da Guiné, Senegal, Congo Brazavill, «na tentativa de fomentar golpes reaccionários nesses estados e cercar as colónias portuguesas com um «cordão de segurança». (C.C., Agosto de 1971).

A recente invasão da República da Guiné por tropas do exército colonialista português, que enquadram mercenários de várias procedências e contra-revolucionários daquele país, aí está a mostrar que não se tratava de simples propaganda do P.C.P., mas o resultado da justa avaliação da evolução da política colonialista de sucessivos governos da ditadura fascista.

O governo de M. Caetano e o Estado Maior das Forças Armadas lançaram-se na criminosa aventura confiados em apoios de poderosas forças reaccionárias externas na Alemanha Federal, em França e Inglaterra, naturalmente com o beneplácito de círculos governantes dos Estados Unidos. Bastaria reparar na forma como a imprensa reaccionária desses países se referiu aos acontecimentos e no facto do governo da Guiné ter sido obrigado a expulsar o embaixador da Alemanha Federal e outros elementos de países imperiais listados para se concluir isso mesmo.

M. Caetano, Viana Rebelo, Destlandes, Spínola, avaliaram mal os dados da situação. O povo da República da Guiné, longe de esperar uma pequena chispa para se revoltar contra o regime progressista do seu país e o presidente Sékou Touré, como berravam os ministros caetanistas e todos os meios de propaganda oficiais e extra-oficiais, pegou corajosamente em armas para os defender. Daí o fracasso completo do golpe armado dos colonialistas portugueses que com ele visavam assassinar os dirigentes do PAIGC, em especial Amílcar Cabral, e o presidente Sékou Touré, colocar no governo da República da Guiné serventários dos imperialistas e dos neocolonialistas.

Além do assassinato de dois elementos da representação diplomática da R.D.A. (que abitavam junto à sede do PAIGC), de dezenas de patriotas da República da Guiné, de danos causados em edifícios públicos, incluindo a residência oficial de Sékou Touré, as tropas invasoras conseguiram libertar alguns prisioneiros portugueses que ali se encontravam. Mentem M. Caetano e os seus ministros quando dizem que esses «heróicos» prisioneiros se aproveitaram da confusão provocada pela revolta fabricada pelos colonialistas portugueses contra o regime de Sékou Touré.

Os gritos de «agarrá que é ládrão» lançados pelo governo de Caetano na precisa altura em que tropas colonialistas portuguesas bombardeavam Conakri e assassinavam cidadãos guineenses, não convenceram ninguém. Mostram-no as manifestações solidárias que tiveram lugar em todo o mundo para com a Guiné e de condenação dos colonialistas portugueses. São ainda significativas a esse respeito as abstenções dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Espanha (cont. na 4ª pág.)

O governo manobra para reforçar AS ESTRUTURAS DO ESTADO FASCISTA E DO DOMÍNIO COLONIAL A COBERTO DA DEMAGOGIA «LIBERALIZANTE»

A proposta de lei sobre a «revisão constitucional» e as «bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa» apresentadas pelo governo à A.N. fascista, bem como as «bases de reforma geral do ensino» anunciadas recentemente pelo ministro da Educação, integram-se na linha tática fundamental de M. Caetano e do seu governo: **reforçar o Estado fascista a coberto da demagogia «liberalizante».**

Como salienta a Comissão Política do CC do nosso Partido no seu documento de Janeiro, publicado no número anterior do «Avante!», estas propostas «confirmam a continuação e o agravamento da crise do regime e das suas contradições internas e traduzem um novo recuo político do fascismo, imposto pela luta do povo português, pela luta dos povos da Guiné, Angola e Moçambique e pela pressão da opinião pública internacional.»

Com elas o governo «continua a ter, como principais objectivos,

(como também frisa a Comissão Política) semear a expectativa, enfraquecer a luta popular, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição ao colaboracionismo, alargar as bases de apoio do regime, amortecer o vasto movimento da opinião pública internacional, contra o colonialismo português e, entretanto, reforçar as estruturas fascistas do Estado e prosseguir, com novos instrumentos de acção, a exploração e a guerra coloniais.»

A proposta de «revisão constitucional» apresentada por um grupo de pupilos «liberalizantes» de M. Caetano serve perfeitamente estes objectivos do governo. Não tendo qualquer probabilidade de de vingar, passando em claro o carácter terrorista da ditadura, ela pretende criar a falsa ideia de que as liberdades por que o povo português aspira e combate lhe poderão ser dadas, sem luta, por um dos órgãos da opressão.

A nova ofensiva demagógica, constituída por este conjunto de

propostas de «reforma», dá plena razão à apreciação feita pelo C.C. do nosso Partido, na sua última reunião, segundo a qual a intensificação da repressão após a burla eleitoral não significava o esgotamento de demagogia «liberalizante», porque a crise do regime continuava e «persistem as razões que levaram os fascistas a lançar, com M. Caetano, a demagogia «liberalizante»». «Ela continuará», acentuava o C.C. e prevenia: «Serão anunciadas mais «medidas» e «reformas»...» entre as quais, já antes apontara como mais prováveis; a «autonomia» das colónias e a «lei de imprensa».

Os oportunistas de todos os matizes que no início do governo de M. Caetano tomaram a demagogia «liberalizante» por liberalização de facto e que depois da burla eleitoral, desiludidos das suas esperanças vãs, proclamaram terminada a demagogia «liberalizante», demonstraram uma vez mais a sua incapacidade para analisar a realidade nacional. Dando provas do subjectivismo das suas apreciações alguns deles inclinaram-se de novo para a crença num processo de «liberalização» e descolonização esquecendo agora a acção da repressão fascista contra o movimento democrático, contra as lutas reivindicativas dos trabalhadores, contra as actividades sindicais, juvenis e estudantis, bem como a intensificação da guerra colonial e a recente aventura colonialista contra a República da Guiné.

Solidários com as vítimas da repressão POR UM GRANDE MOVIMENTO NACIONAL PELA AMNISTIA!

O reforço constante das forças repressivas em homens e material e a sua disseminação em todas as localidades, a forma discriminatória como actuam contra as massas trabalhadores, os camponeses, os estudantes, os intelectuais que reclamam, protestam e lutam contra a política de exploração, opressão e de guerra, mostram à evidência que a camarilha fascista governante teme o povo laborioso, governa contra ele. Por isso mesmo, arvorou de há muito a prática da repressão em forma de governo na tentativa constante de conter eternamente a revolta popular que germina e cresce na terra semeada de ventos pelos governantes e grandes exploradores fascistas e colonialistas. Não o conseguirá. Mais cedo ou mais tarde, a tempestade popular surgirá incontível varrendo-os da terra.

A repressão não é um sinal de força Não salvará o regime

M. Caetano, Tomaz, Rapazote, Viana Rebelo e restantes minis-

tros, governadores civis e chefes das forças repressivas, levantam com frenesi, quase diariamente, os espantinhos da «subversão geral», da «contestação de tudo e de todos» («a própria Igreja se desagrada»), da «perversão da juventude», da «traição à pátria», dos «agitadores a soldo do estrangeiro», etc., etc. Fazendo-o, confessam sem querer que o povo não está com eles.

A mais pequena discordância, crítica, condenação da política do governo, como o mais simples protesto, são alvo de repressão violenta e qualificados de crimes contra a segurança do Estado.

Por reclamarem a amnistia para os presos políticos, são presos, no Porto, e sujeitos a 3 dias de interrogatório na PIDE-DGS, os jovens Henrique de Sousa e Herminio Basto; por se manifestarem solidários com o padre de Macieira da Lixa, são submetidos a processos judiciais 4 padres da diocese do Porto; por protestarem contra a ocupação da sala do tribunal quando da primeira audiência do

(cont. na 3ª pág.)

Domesticação de tudo o que é escrito

Com as «bases gerais de um novo regime jurídico de imprensa» o governo procura substituir a interdição da informação e a manifestação da opinião que era assegurada pela censura por um sistema de controle muito mais directo de todas as publicações e escritos. Publicações como circulares, boletins e outras, que até agora estavam tacitamente fora do controle do governo, passam a está-lo. As edições do autor, que constituíram uma importante forma de ladear a interdição da liberdade de opinião, desaparecem. Estabelece-se que as fontes de informação têm de ser «conhecidas» e fixam-se critérios segundo os quais a única informação verdadeira é a oficial. Generaliza-se a todas as publicações a obrigatoriedade de publicar notas, «rectificações» e «respostas» das autoridades fascistas. Instituem-se meios de pressão e chantagem económica, de perseguição pessoal e de incriminação. Apesar de tudo isto o governo pode ainda em qualquer altura decretar o regresso ao regime de censura, agora sob o nome de «exame prévio».

Trata-se de facto de uma tentativa (cont. na 2ª pág.)



O GOVERNO MANOBRÁ

(cont. da 1ª pág.)
de domesticação de tudo o que é escrito. Com a censura quem escrevia sujeitava-se a «que passasse ou não passasse». Com o novo sistema pretende-se que NÃO SE OUSE discordar, salvo nos termos colaboracionistas que a própria proposta define.

Alinação e reforço dos instrumentos de repressão

No que toca à repressão as propostas do governo visam afinar e reforçar os instrumentos pelos quais a repressão, sendo forçada, no entanto, a depurá-los de aspectos que se tornaram objecto do ódio e da denúncia populares.

Assim, alarga-se o direito de defesa às medidas de segurança e estas deixam de ser indefinidamente prorrogáveis, até porque, como diz o governo, a prática tem mostrado «a pouca utilidade de um sistema de prorrogabilidade ilimitada...» Depuradas desta forma as medidas de segurança permanecem como instrumento de repressão, de repressão política, e o governo tem também o cuidado de salientar que «a solução sugerida... não afecta... o sistema que entre nós vigora».

A prisão preventiva e a prisão sem culpa formada foram objecto de novas precisões que o governo autolegou como protectoras da dignidade da pessoa humana, mas qualquer antifascista pode continuar a ser preso sem culpa formada e sem mandato de captura porque a proposta do governo prevê a prisão preventiva não só quando houver flagrante delito, mas também «o quase (!) flagrante delito» e ainda nos casos em que seja aplicável a medida de segurança privativa da liberdade.

A grande inovação no capítulo repressivo é, porém, a que permite ao governo declarar provisoriamente o estado de sítio e decretar a restrição da «liberdade» e das «garantias individuais» quando se verificarem grandes lutas populares em qualquer parte do território nacional. Aliada às recentes disposições que visam o alargamento dos efectivos das forças repressivas, esta demonstra que o governo ao mesmo tempo que procura abrandar, conter, desarmar e afrouxar o movimento popular com medidas demagógicas, prepara-se para a agudização da luta a que a sua política inevitavelmente conduz e prepara com tempo, como resposta à intensificação da luta popular, uma grande ofensiva repressiva.

Continuação da exploração e guerra colonial

A pretensa «autonomia» das colónias proclamada na proposta do governo não tem em vista o abandono da política de exploração e guerra colonial, mas o seu prosseguimento, o seu reforço com novos meios de acção, a perpetuação da dominação branca sobre os povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Não é esta, porém, a apreciação que certos oportunistas fazem das propostas do governo sobre as colónias; para eles estas constituiriam uma grande viragem da política colonial do fascismo, comprovada, ainda segundo eles, pelas reacções negativas com que alguns «ultras» teriam recebido o último discurso de M. Caetano.

Temos denunciado e caracterizado a existência de diferenças de opinião, rivalidades, choques de interesses entre diferentes grupos de fascistas na busca de soluções práticas para salvar o regime da crise que atropessa e não negamos que a política prática a seguir em relação às colónias é, naturalmente, um dos pontos de discordância. Mas o colonialista M. Caetano e o seu governo têm demonstrado que não ficam nada a dever aos colonialistas mais «ultras» na determinação com que têm prosseguido e prosseguem a política de exploração e guerra colonial. Reforçam as dotações financeiras para a guerra; intensificam as operações militares; multiplicam as provocações, os actos de terrorismo, de diversão e de chantagem contra os movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique; desenvolvem uma intensa propaganda para desorientar e intoxicar a opinião pública

portuguesa; como agentes do imperialismo e em conjunto com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia praticam descaradamente a intriga, a conspiração, a interseção e os actos de agressão contra os Estados africanos independentes de que a invasão da República da Guiné é um exemplo muito recente e inquietante.

Afirmando na proposta de «revisão constitucional», que a «autonomia» das colónias é um passo indispensável para reforçar a «unidade nacional», o governo põe a nu a tal «grande viragem»: trata-se de fortalecer as posições colonialistas aparentemente que começa a ceder às aspirações dos povos dominados pelo colonialismo português.

Na verdade, o que a proposta define com toda a clareza é a subjugação das estruturas das colónias pelos órgãos centrais do Estado colonialista, cabendo a estes toda a legislação fundamental, as retaguardas diplomáticas ou consulares, a defesa, a superintendência na administração, a fiscalização da gestão financeira, a capacidade de abolir qualquer medida tomada pelos órgãos locais que de longe ou de perto buta com o colonialismo sendo os próprios executivos das colónias chefiados pelos governadores nomeados pelo governo central.

A política colonialista do governo de M. Caetano, não mudou de ramo, procura reforçar-se, mas está irremediavelmente condenada à derrota. A libertação dos povos das colónias é inevitável. Essa política acarreta, porém, para o povo português e para a nação portuguesa consequências cada vez mais pesadas e comporta o perigo de conflitos cada vez mais extensos, ruinosos e sangrentos.

Desmascarar a demagogia retomar a iniciativa

Certas «reformas» realizadas pelos fascistas confirmam nos seus próprios termos que é tão largo o apoio a certas reivindicações que nem o governo se atreve a contestá-las formalmente. Foi a «abolição» da homologação das direcções sindicais, foi a rasura do nome PIDE e a sua substituição pelo nome DGS, é agora a «abolição» da censura, a «limitação» das medidas de segurança, a «autonomia» das colónias. Trata-se, porém, de reformas demagógicas, de mudanças de nomes, cedências insignificantes mantendo as mesmas situações, no fundamental.

As massas devem exigir que nos S.N. seja efectivamente respeitada a vontade dos trabalhadores, que cessem as falsificações e pressões nos eleições, que terminem de vez os processos e demissões de dirigentes sindicais que têm a confiança da classe.

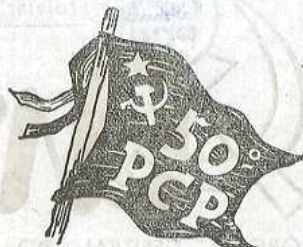
As massas devem exigir que a PIDE seja dissolvida de facto, que a censura seja abolida de facto, que as medidas de segurança desapareçam pura e simplesmente e que todos os que se encontram presos ao abrigo delas sejam imediatamente libertados, que uma amnistia geral e completa dos presos e perseguidos políticos seja decretada.

As massas devem exigir o fim imediato da guerra colonial, a cessação imediata da política aventureirista de intrigas e agressão contra os Estados africanos independentes, a abertura de negociações com os legítimos representantes dos povos das colónias portuguesas, o reconhecimento do direito desses povos à completa e imediata independência.

Não basta apenas reclamar e exigir. É necessário que estas e todas as outras reivindicações democráticas fundamentais se tornem bandeiras de amplas acções e iniciativas, de autênticas campanhas políticas nacionais.

«As grandes tarefas imediatas são, como define a Comissão Política, reforçar a unidade, desmascarar a política do governo, lutar para que as cedências em palavras se tornem concessões

CAMPANHA DE FUNDOS DO



As primeiras contribuições integradas na Campanha de Fundos do Cinquentário do Partido somam 64.976\$00. Se bem que modesta, esta soma representa já um bom primeiro passo na grande caminhada a percorrer para levar à Caixa Central do Partido muitas centenas de contos, absolutamente indispensáveis para o Partido poder cumprir as tarefas políticas que se lhe colocam.

Discutir em todo o Partido o problema dos fundos, organizar e planificar com confiança, optimismo e audácia a recolha de fundos, eis uma importante tarefa política que o momento coloca a todos os comunistas.

Ao trabalho, para o sucesso da Campanha de Fundos do Cinquentário do Partido!

Abaixo o fascismo	150\$00	Ferrovíários vermelhos	20\$00
Alvaro Cunhal	200\$00	Em prol do campesinato (E)	5.000\$00
Amigos do P.	10\$00	Emblemas soviéticos	200\$00
Arquimedes	20\$00	Idem (E)	500\$00
Idem	40\$00	Emblemas de Lénine	63\$00
Dias Lourenço	150\$00	Idem 50º aniv. PCP	40\$00
Dias Coelho (5 a)	300\$00	Idem	20\$00
Cândido Vermelho	20\$00	Idem	510\$00
Cholokov	10\$00	Idem	107\$50
Emblemas do P.	150\$00	Idem	540\$00
Gogol	5\$00	Idem	500\$00
Guilherme de Carvalho	1.000\$00	Idem	220\$00
Ho Chi Minh	630\$00	Idem	160\$00
Idem	30\$00	Idem	200\$00
Idem	30\$00	Emblemas cinquentário	2.000\$00
Idem	20\$00	Emblemas do P.	150\$00
Lénine	10\$00	Estreito	20\$00
Natal	2.000\$00	Francisco Miguel	400\$00
Idem	100\$00	Fino	30\$00
Idem	200\$00	Gogol	3\$00
Idem	160\$00	Grupo Choupana revolucionário	310\$00
Idem	500\$00	Guiné Livre	500\$00
Idem	20\$00	Homagem a F. Castro	50\$00
Idem	50\$00	Idem a Nasser	20\$00
Nimber	40\$00	Imprensa democrática	50\$00
Idem	40\$00	Idem	50\$00
No bom caminho	200\$00	José Dias Coelho	300\$00
Idem	1.000\$00	Joem antifascista	40\$00
Panoba	20\$00	Joem comunista	50\$00
Povo na Revolução	20\$00	Idem economista	110\$00
Portugal livre	2.500\$00	Liberdade Dias Lourenço	400\$00
Rogério de Carvalho	170\$00	Idem prasas politicos	50\$00
Idem	170\$00	M. Rodrigues da Silva (L)	500\$00
Idem	10\$00	Idem (L)	500\$00
Repechador verde (2)	10\$00	Idem (R)	500\$00
Sofia Ferreira	500\$00	Idem (R)	500\$00
Unidade	100\$00	Idem (D)	200\$00
Unidade Democrática	500\$00	Idem (D)	200\$00
Unidade de Atção	500\$00	Mário Sacramento	180\$00
Idem	500\$00	Manuel R. da Silva	100\$00
Idem	1.000\$00	Matos	10\$00
A memória de "Cite" Guevara	1.000\$00	Memória Bento Caraça	100\$00
Abaixo o fascismo	50\$00	Memória de Soeiro P. Gomes	20\$00
A memória de F. Vicente (8)	70\$00	Morte do bandido Salazar	500\$00
Alentejanos vermelhos	730\$00	Nova Luz	200\$00
Idem	150\$00	Octávio Pato	100\$00
Idem	110\$00	Onda vermelha	50\$00
Ajuda presos políticos	40\$00	Idem	50\$00
Americanos p. romar	225\$00	Idem	20\$00
Amigos da luta	115\$00	Odete	250\$00
Amigos de Alparça	100\$00	Os 2 Socialistas	20\$00
Amigo e arredores	50\$00	Derrubamento do fascis. (E)	500\$00
Idem	150\$00	P. C. nosso farol	100\$00
Amigo do P.	10\$00	Panoba	20\$00
Anónimo I	10\$00	Para o levantamento nacional	500\$00
Idem II	20\$00	Pela democracia	1.300\$00
António Dias Lourenço	2.700\$00	Politi. das colónias port.	500\$00
Aquiles (2)	50\$00	Pela luta	20\$00
Avante (J)	300\$00	Pela Paz	350\$00
Auxílio aos encarcerados	1450	Pelo derrubamento do fascismo	10.000\$00
Bento de J. Caraça	100\$00	Pelo reforço do Partido. (D)	30\$00
Catarina Eufêmia	40\$00	Idem (F)	10\$00
Cholokov	10\$00	Pelo Socialismo	100\$00
Cinco de Outubro	600\$00	Pelo triunfo da ditadura do proletariado. (S)	500\$00
Cinquentário Vermelho	5.000\$00	Perspectivas	240\$00
Combate ideológico	100\$00	Por um novo Gen. Delgado	20\$00
Cigarro vermelho	45\$00	Revolução Democr. e Nacio.	200\$00
Contra a proibição de A. Metalúrgicos	40\$00	Santa Maria	20\$00
Idem	830\$00	Saudações dos Ferrovíários	400\$00
Contra a Guerra Colonial	100\$00	Sedov	150\$00
Contribuição extraordinária	200\$00	Idem	150\$00
Cravos vermelhos	110\$00	Setos soviéticos	160\$00
Davidop	500\$00	Soeiro	50\$00
Dois democratas	200\$00	Sofia Ferreira	500\$00
Dias Lourenço	100\$00	Tarrafal	400\$00
Idem amigo	40\$00	Idem	400\$00
Francisco Miguel (NE)	100\$00	Idem	400\$00
Idem		Um economista (A)	150\$00
Idem		Idem (A)	150\$00
Idem		Um alfaiate amigo do P.	20\$00
Idem		Um simpatisante do P. (E)	500\$00
Idem		Viajeiro	10\$00
Idem		Viva a Liberdade	30\$00
Idem		Viva o P.C.P.	370\$00
Idem		2 alentejanos revolucionários	20\$00
Idem		5 de Outubro	5\$00
Idem		7 de Novembro	370\$00
Idem		Idem	100\$00
Idem		50º Anos do P.C.P.	100\$00
Total			64.976\$00

de facto, insistir firmemente nos objectivos democráticos, reforçar a organização em todas as suas formas, relembrar a iniciativa política, chamar as massas à luta e criar condições para, o mais prontamente possível, passar à ofensiva.»

18 DE JANEIRO DE 1934

Na 37.ª aniversário do P.C.P., relembramos esta data da história do nosso Partido e do movimento operário português reproduzindo alguns extractos da nota que o «Avante!» da 2.ª quinzena de Janeiro de 1944 dedicou ao acontecimento.

«Ainda estão bem vivas na recordação de todos os militantes operários as jornadas de luta na Marinha Grande em que a classe operária pegou em armas para defender as suas liberdades. Mobilizando as forças do terror, o fascismo conseguiu então afogar pela repressão o movimento de resistência. Foram presos centenas de trabalhadores de vanguarda, mui-

tos dos quais continuam ainda nas sinistras masmorras fascistas, após 10 anos de cativoiro... «As experiências colhidas no 18 de Janeiro foram um facho para toda a luta posterior da classe operária. As grandiosas jornadas de Outubro-Novembro de 1942 e de Julho-Agosto de 1943, que marcaram os primeiros grandes sucessos do novo período da ofensiva da classe operária, mostram que as lições do 18 de Janeiro foram aproveitadas. Os heroicos combatentes de 1934 são merecedores da lembrança e da consideração revolucionária dos heroicos combatentes das grandes lutas de massas que, mês após mês, se estão travando em todo o país. O movimento operário de hoje está na continuidade histórica do movimento operário de ontem».

PELA AMNISTIA

(cont. da 1.ª pág.)

judgamento dos democratas de Setúbal, são presos e brutalmente espancados nos calabouços do mesmo tribunal 3 democratas da Baixa da Banheira; polícias-cães e cães-polícias são atirados contra os estudantes de Lisboa em luta pela defesa das suas associações; em várias localidades, continuam a ter lugar buscas, assaltos a casas, intimidações e ameaças directas, espancamentos contra democratas ou simples cidadãos; sob pressão da PIDE-DGS, são despedidos dos empregos democratas ou seus familiares, como sucedeu recentemente com uma filha do ferroviário Firmino Martins; a PIDE-DGS, a GNR e a PSP invadem livrarias e apreendem livros, assaltam e encerram associações culturais e recreativas, impedem pela força a realização de manifestações culturais, desportivas e recreativas.

Nas prisões fascistas, em especial na Fortaleza de Peniche, os presos estão sujeitos a constantes provocações com que se procura justificar espancamentos constantes, longas estadias nos «segredos» e outros «castigos», como sucedeu mais uma vez em Outubro passado. A alimentação é quase sempre má e as dietas ou não existem ou destinam-se mais a arruinar os doentes do que a tratá-los. Os médicos e enfermeiros da prisão apenas o são de nome, pois na verdade exercem antes o odioso papel de carcereiros ao serviço da PIDE-DGS. Presos com as penas terminadas continuam na prisão, ao abrigo das celeradas «medidas de segurança». Muitos outros, com a saúde arruinada, só em liberdade poderiam ser tratados com perspectivas de cura. Nalguns casos, só quando a morte é considerada uma questão de semanas ou meses, os presos são libertados, como sucedeu recentemente com o operário do Barreiro, António Ferreira.

Não se trata, pois, de mera propaganda quando afirmamos que o plano de M. Caetano, Rapazete, Almeida e Costa, Silva Pais, é liquidar lentamente os presos poli-

ticos. Pires Jorge, José Magro, Rogério de Carvalho, José Carlos, Guilherme de Carvalho e outros têm há muito a saúde arruinada. Recusando-se a libertá-los para se poderem tratar, M. Caetano e o seu governo comportam-se como autênticos assassinos.

Urge evitar que o crime se consuma multiplicando por todo o lado as acções e iniciativas reclamando a libertação imediata destes patriotas, exigindo o termo dos maus tratos aos presos.

Vê-se assim que os sorrizinhos, as palmadinhas nas costas, os abraços, as festinhas, os beijos (de judas) que M. Caetano distribui pródigoamente durante as suas viagens de propaganda pessoal mascaram mal o ódio e o desprezo que sente pelo povo laborioso. M. Caetano é o chefe supremo das forças repressivas, é ele que ordena a repressão e as violências contra a classe operária, os camponeses, os estudantes, os intelectuais — contra os democratas.

Solidariedade activa
aos presos

A solidariedade activa aos presos políticos e suas famílias, tanto no aspecto material como político, jurídico e moral reveste-se de enorme importância na luta geral do povo português pela Liberdade. Por isso deve ser elevada a níveis superiores.

Os exemplos do último Natal do Preso Político, com uma larga recolha de fundos, géneros, roupas, tabaco, etc., para os presos e suas famílias; a recolha de 5.000 assinaturas para uma exposição reclamando a libertação de José Magro e de outros milhares contra a repressão e pela Amnistia; a entrega na chamada Assembleia Nacional dum exposição da C.N. Socorro aos Presos Políticos protestando contra a repressão injustificada que tem campeado na prisão de Peniche e reclamando Amnistia, etc., — são exemplos a mostrarem

A hostilidade ao fascismo e a guerra colonial entre os militares, que se manifesta nas faltas de comparência, nas deserções e no descontentamento que lavra nos quartéis, atinge tais proporções que o próprio ministro da Defesa não pôde passá-la em silêncio na sua mensagem de Ano Novo. As ameaças que proferiu contra os milicianos, em particular, reflectem as dificuldades dos comandos fascistas para fazer reinar nas fileiras a disciplina militarista e a mentalização colonialista.

Ao contrário do que afirma o ministro, não são apenas os milicianos que resistem. A recente insubordinação de mais de 100 soldados do GACA n.º 3 (Espinho) contra o corte de saídas e a má alimentação, o levantamento de rancho de uma companhia de 150 homens ocorrido há pouco, em

Luanda, contra a conduta brutal dos oficiais, a par de muitas outras lutas de soldados, são a demonstração disso.

Ao mesmo tempo, entre os milicianos a resistência acentua-se: o juramento de bandeira no C.O.M. de Mafra, em Dezembro, voltou a ser um fiasco: o juramento quase se não ouviu e muitos gritaram tudo menos o juramento; entre os cabos-milicianos desenvolve-se um movimento contra o facto de terem responsabilidades de sargentos e ganharem como praças.

O desenvolvimento da resistência nos quartéis mostra a justeza da orientação do nosso Partido segundo a qual existe nas forças armadas um vasto campo de recrutamento e de actividade revolucionária. É necessário que cada militar comunista, que cada militar antifascista se preocupe com a procura das formas de organização e acção capazes de fazer passar os actos de resistência, algumas vezes espontâneos, para uma actividade revolucionária assente em estruturas revolucionárias. A formação em cada quartel, em cada companhia, de núcleos de militares antifascistas é, neste momento, uma direcção fundamental de trabalho.

A guerra
na Guiné

Informações do PAIGC assinalam que, de Janeiro a Agosto de 1970, os patriotas guineenses realizaram 400 ataques contra as posições dos colonialistas, compreendendo a quase totalidade dos centros urbanos, fizeram 78 emboscadas e conduziram outras acções de confronto directo; puseram fora de combate mais de 500 elementos das tropas colonialistas entre mortos e feridos enumerados; fizeram 4 prisioneiros; afundaram ou danificaram 12 barcos; abateram 2 helicópteros; destruíram 35 camiões e outros veículos militares, assim como vários aquartelamentos, construções e abrigos dos campos fortificados colonialistas e tomaram importantes quantidades de material de guerra.

O PAIGC declara que os crimes dos colonialistas portugueses podem obrigá-lo a mudar de atitude.

«Incapazes de abaterem os nossos corajosos combatentes — diz o PAIGC — os colonialistas portugueses desenvolvem a sua acção principalmente contra as populações das regiões libertadas, bombardeiam as nossas aldeias com napalm, queimam o nosso arroz, matam o nosso gado e, pior do que isso, atacam os nossos hospitais e matam com as suas bombas criminosas as crianças das nossas escolas, como fizeram em Iador e Tambico.

«Se os colonialistas portugueses bombardeiam de novo os nossos hospitais e as nossas escolas — aberte o PAIGC — começaremos não somente a liquidar os civis portugueses nos centros urbanos (coisa que nunca fizemos) mas ainda julgaremos, condenaremos e executaremos como criminosos de guerra os militares portugueses feitos prisioneiros. Temos o direito e o dever de o fazer.»

a todos os democratas, a todas as pessoas que prezam os direitos humanos, o caminho a seguir e a alargar cada vez mais.

A presença de 400 pessoas junto do Tribunal Plenário de Lisboa para assistirem ao julgamento dos democratas da C.D.E. de Setúbal; de 700 pessoas junto do Tribunal Plenário do Porto aquando do julgamento do padre de Macieira da Lixa, a que se juntaram 200 estudantes que, como em Lisboa, protestaram contra a ocupação da sala por bandidos da PIDE-DGS, resistiram valentemente à ordem de dispersão, gritaram «Liberdade para os presos políticos!» e «Abaixo a guerra!», são altos exemplos de solidariedade activa e de acções práticas contra a repressão fascista, pela libertação dos presos políticos, pela Amnistia.

Todos contra a repressão!
Todos pela Amnistia!

Reclamando, protestando, exigindo, manifestando-se em massa em plena rua contra a política repressiva do governo e pela Amnistia, os democratas e as massas populares têm obtido alguns sucessos e obrigado muitas vezes as forças repressivas e o governo a recuar. Se não fora a luta constante dos democratas e das massas populares contra a repressão e pela Amnistia, afirmamo-lo sem qualquer dúvida, muito pior seria a situação. Devido à luta do nosso povo, o governo e as forças repressivas nem sempre têm podido fazer o que desejavam.

Pela união de esforços de todos os democratas e antifascistas, de todas as pessoas para quem a liberdade e os direitos humanos não são simples palavras de retórica, o movimento de opinião pela Amnistia pode ganhar a força e a amplitude capazes de tornar realidade essa reivindicação nacional.

contra a exploração ACÇÃO DIÁRIA!

Parque Aeronáutico (Alverca)

—Em apoio da reivindicação da semana de 44 horas, os operários passaram a reduzir a produção aos sábados de tarde. Nalgumas secções, chegam a parar as máquinas. Noutras, fazem um barulho estridente com as tubas, sirenes, etc., em sinal de protesto.

Pescadores—Em Peniche, no dia 10 de Novembro, cerca de 200 pescadores concentraram-se na capitania. Protestavam contra a demora na renovação das cédulas e contra a má alimentação fornecida às crianças na escola da Casa dos Pescadores. Em Matosinhos, os pescadores recusaram-se a trabalhar na noite de 30 de Novembro por os armadores lhes terem cortado o feriado do 1.º de Dezembro na matrícula.

Fábrica de papel da Abelheira (Tojal)—O pessoal de escritório concentrou-se na Administração reclamando aumento.

Siderurgia Nacional (Seixal)—Em resultado da greve aos transportes a que recorreram há meses durante 3 dias, 700 operá-

rios desta empresa, protestando contra o escandaloso aumento dos bilhetes, os trabalhadores conquistaram uma redução para metade dos preços, forçando a Siderurgia e a empresa de camionagem (Belos) a negociarem entre si.

Utic (Lisboa)—Os operários alcançaram aumentos gerais da ordem dos 10%, a partir de 1 de Novembro. Prometendo novo aumento para Abril, o patronato quis impor o aumento da produção. Mas os trabalhadores não mordearam a isca e passaram a reduzir o ritmo de trabalho em vez de o acelerar.

Hospitais Cívicos—Em resultado da sua acção, as criadas obtiveram aumentos de salário, passando de 600\$00 para 800\$00 mensais. Entretanto, passaram a reivindicar que sejam integradas na última alínea dos funcionários públicos, para que lhes sejam concedidas várias regalias.

Unidos e organizados, os trabalhadores são mais fortes para vencer a resistência e as manobras patronais. Com Comissões de Unidade, Comissões Sindicais e outras formas de organização, há que desenvolver a acção diária simultaneamente nas empresas e nos sindicatos.

Em luta permanente, cada vez mais unida e vigorosa, por aumento de salário, pela redução de trabalho semanal, contra a intensificação dos ritmos de trabalho, contra todas as formas de exploração;

Rádio Portugal Livre Voz do P.C.P.

Transmite diariamente das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

DEVOLUÇÃO DOS BALDIOS AOS POVOS! TALHADAS DO VOUGA APONTA O CAMINHO

A freguesia de Talhadas do Vouga (lugares de Macida, Talhadas, Doninhas, Seixo e Arcas), concelho de Sever do Vouga, é uma de tantas freguesias que viram os seus baldios, em que assentava boa parte da subsistência da população, ocupados pelos Serviços Florestais. Estes entraram aqui com peñinhos de lá e muitas promessas: direito do povo roçar as matas; dar pastos ao gado no baldio; reconhecer direitos de posse e propriedades particulares; dividir com a freguesia o rendimento das matas; deixar, pelo menos, 80 metros de terreno entre as matas e os prédios particulares.

Numa exposição com cerca de 700 assinaturas enviada a M. Caetano todo o povo da freguesia denuncia que os S.F. não só não cumpriram estas promessas como se tornaram responsáveis por uma série de actos de puro banditismo: a área de baldio foi alargada progressivamente com a usurpação de terrenos particulares; as zonas de pasto foram proibidas e os donos do gado que era apanhado submetidos a multas segundo o arbítrio dos guardas armados; autorizava-se a exploração de água nos terrenos dos S.F. para depois ser proibida a utilização de água explorada que revertia para os S.F.; cediam-se terrenos bravios para serem reconvertidos em terrenos de produção para depois expulsa-

rem os que neles tinham trabalhado duramente; zonas cultiváveis e habitações dos camponeses foram asfixiadas pelo pinhal. O povo vive no terror de que um grande incêndio, como se tem verificado noutras matas, destrua toda a freguesia.

O caso de Talhadas do Vouga comprova o que o Partido tem afirmado ao longo dos anos: a plantação das matas não tinha em vista beneficiar os povos, mas expoliá-los das suas terras colectivas, expropriar-lhes as pequenas propriedades particulares.

Tal como o povo de Talhadas do Vouga, todos os povos que vivem nas zonas dos S.F. devem reclamar que os baldios regressem à sua administração colectiva, sob a forma de cooperativas ou outras, devem reclamar a restituição das propriedades particulares usurpadas pelos S.F., devem exigir medidas drásticas contra o flagelo dos incêndios.

O povo de Talhadas do Vouga, que já iniciou a luta, vencerá se persistir unido na batalha pelas suas reclamações.

RECTIFICAÇÃO

No «Avante!» nº 421, de Outubro de 1970, no quadro inserido na 4.ª pág., onde se lê 3,3%, deve ler-se — 1,3%.

No «Avante!» nº 419, de Agosto de 1970, pág. 5, 3.ª coluna, onde se lê: 92.139 mil contos deve ler-se 62.139 mil contos.

OS ESTUDANTES passam à ofensiva

Num processo de luta que envolveu grandes reuniões, concentrações, «boicotes» e greves, os estudantes de Lisboa protestaram, em meados de Dezembro, contra a repressão fascista ao movimento associativo nos Institutos Industrial e Comercial de Lisboa.

Procurando sufocar a nova vaga de lutas estudantis o governo lançou contra os estudantes a polícia de choque e os cães de corpação e encerrou as facultades.

Os objectivos do governo não foram atingidos. Iniciadas as aulas, no 2.º período, os estudantes retomaram a luta: contra a repressão; contra as intervenções brutais da polícia na Universidade; pelo direito de reunião; pelo fim das suspensões, inquéritos e processos aos estudantes do Industrial, do Comercial e de Direito; pelo levantamento do inquérito à Associação dos Estudantes do Industrial e para que lhe sejam entregues instalações no novo edifício; pela legalização do movimento associativo no Comercial; pela homologação da Direcção da Associação de Direito.

A 11 de Janeiro realiza-se em Direito um «meeting» com 500 estudantes; a 12, 300 estudantes protestam no Tribunal Plenário de Lisboa contra o julgamento de 4 colegas; a 13, «meeting» no Industrial e na cidade Universitária com 200 e 600 estudantes; a 14, reuniões gerais no Industrial e em Direito com 600 e 800

participantes, a polícia de choque invade estas duas escolas agride brutalmente os estudantes, fere trinta e prende alguns; no Técnico, Medicina e Económicas e noutras escolas não tendo lugar reuniões, assembleias e «boicotes»; a 15, a polícia impede a realização de um Plenário ocupando o local e agredindo barbaramente os estudantes; A 16 TODA A ACADEMIA DE LISBOA ENTRA EM GREVE.

Exigindo a homologação da Direcção da Associação Académica eleita em Novembro e o termo dos processos disciplinares e num acto de solidariedade para com os colegas de Lisboa, os estudantes de Coimbra realizam uma Assembleia Magna onde decidem entrar em greve. A 18, A GREVE GERAL PARALIZA A UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

No Porto, os estudantes de Letras fazem greve nos dias 14 e 15 pelo direito de reunião, contra a repressão e pela demissão do Director, alguns cursos de Engenharia estão em greve e a algumas aulas por reivindicações pedagógicas.

Estes acontecimentos são uma nova afirmação da vitalidade e da combatividade do movimento estudantil, da sua capacidade para fazer frente à política de M. Caetano na Universidade, quer enfrentando com energia a repressão, quer desmascarando e pondo a nu a demagogia.

A nova operação repressiva do fascismo foi porém facilitada pela actuação de alguns dirigentes de Lisboa, que se opuseram durante longo tempo à realização de acções maciças de apoio ao Industrial e ao Comercial, que se opuseram a uma plataforma nacional de acção contra a repressão e por outros objectivos, que manobram para restringir a democraticidade das Associações, que, na sua cegueira anti-comunista, chegaram a fazer alianças com fascistas e dar guarda a provocadores policiais.

As massas estudantis mostram que são capazes de ultrapassar e arrastar na luta estes dirigentes oportunistas, de travar um combate consequente contra a repressão fascista e pelos seus objectivos próprios. A situação presente exige o reforço da unidade e da acção contra as intervenções policiais na Universidade, pela libertação dos estudantes presos, contra a repressão anti-associativa, pelo direito de reunião, pela legalização de todas as Associações de Estudantes, pelo desmascaramento da demagogia.

Que «prémio» está esperando o dr. Silva Pinto?

Referindo-se ao Secretário do Trabalho, dr. Silva Pinto, um tubarão da Corporação da Pesca e Conservas escrevia, em 31 de Outubro, a dado passo dum carta a um amigo:

«Creio que ele dá inteira satisfação à indústria e parece-me evidente que há toda a vantagem em manter este precioso aliado que tem sido para nós o dr. Silva Pinto...»

Risonhos horizontes se estão abrindo ante este «precioso aliado» dos capitalistas, digno sucessor de Gonçalves Proença, que durante tantos anos trabalhou com afã ao serviço do «bem comum».

Que importa que tenha depositado, embora espezinhando a lei, grandes quantias das Caixas de Previdência no Banco Português do Atlântico se os juros que recebia extra eram de tal forma tentadores e ainda mais a posta prometida—o cargo de administrador neste Banco—logo que abandonou a pasta das Corporações? Que importa que tenha feito grossas negociações com a compra e venda de terrenos em Santo António de Cavaleiros servindo-se, também ilegalmente, da Federação das Caixas de Previdência, se conseguia assim impor como condição de crédito para a construção de prédios de propriedade resolúvel, a venda dos seus próprios terrenos, em óptimas condições?

Enquanto ordena suspensões de direcções sindicais honestas, proíbe reuniões nos Sindicatos, intimida e atira a polícia contra os dirigentes sindicais mais intransigentes na defesa dos direitos dos trabalhadores que os elegeram; enquanto vai ganhando as boas graças dos seus patrões, que «prémio» está esperando o dr. Silva Pinto?

5.º Congresso do Partido do Trabalho da Coreia

Quando da realização, em Novembro passado, deste importante acontecimento na vida dos trabalhadores e do povo da Coreia do Norte, o Comité Central do nosso Partido enviou ao Partido do Trabalho da Coreia a seguinte mensagem:

«Em nome dos comunistas e da classe operária de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português dirige-vos as suas mais calorosas saudações e os seus melhores votos de grandes sucessos nos vossos trabalhos, assim como na luta do nosso povo sob a direcção do Partido do Trabalho da Coreia pela realização de construção do socialismo na República Popular Democrática da Coreia, contra as acções provocatórias do imperialismo americano, pela reunificação pacífica de toda a Coreia».

(cont. da 1.ª pág.)

quando da condenação do governo de M. Caetano no Conselho de Segurança das Nações Unidas. É significativo também o próprio facto da camarilha caetanista não se atreper a desmentir que os oficiais, cabos e soldados feitos prisioneiros são de facto elementos do exército português.

É preciso impor um debate público sobre a política colonial do governo.

É preciso pôr termo às aventuras bélicas dos colonialistas.